

APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA, PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM FLORIANÓPOLIS/SC

PRIVATE APPARATUS OF HEGEMONY, NEIGHBORHOOD EDUCATOR PROGRAM AND PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN FLORIANÓPOLIS/SC

APARATOS PRIVADOS DE HEGEMONÍA, PROGRAMA BARRIO EDUCADOR Y POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS EN FLORIANÓPOLIS/SC

Rebeca Torres Taveira¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Mauro Tifton²

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a expansão da atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC), por nós compreendidas conceitualmente como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), na oferta e gestão de políticas públicas educacionais, no contexto da cidade de Florianópolis/SC, considerando a educação como Direito Social. Analisaremos a implementação de uma política pública educacional que ocorre mediante a concessão da oferta de atividades e da gestão à uma OSC. Para tanto, assumimos como objeto de investigação o *Programa Bairro Educador*, implementado em 2019, descrito como espaço de educação não formal. Destacamos aqui o conveniamento do município com a Associação Internacional das Cidades Educadoras, entidade com sede em Barcelona, Espanha, como um elemento importante para a análise acerca da elaboração da política pública à medida que Florianópolis necessita, segundo a gestão da Prefeitura Municipal (2023), adequar-se aos parâmetros da organização para qualificar-se como *Cidade Educadora*. Realizamos pesquisa de caráter documental, examinando a documentação municipal regulamentadora, a documentação referente à prestação de contas da OSC Instituto Escola de Esporte Cidadã, responsável por sua gestão, e os seus documentos norteadores, todos cotejados com referenciais teóricos gramscianos e com autores que tratam da reforma de Estado no Brasil a partir de 1996, reforma essa que implicou na instituição de uma nova lógica na elaboração de políticas para a educação. Ademais, consideramos a legislação regulamentadora da atuação de organizações privadas burguesas na formulação e execução de políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos sociais. Identificamos, ao longo da produção deste trabalho, os avanços, em âmbito municipal, de projetos de caráter privatista, privilegiando as parcerias público-privadas que vêm implicando no processo de desescolarização e refuncionalização da educação pública.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais; políticas públicas sociais; cidades educadoras.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC).

² Professor universitário com graduação em Educação Física, mestrado e doutorado em Educação, com doutorado sanduíche em Cuba e pós-doutorado na Espanha. Atua no Departamento de Metodologia de Ensino da UFSC e coordena o PRONERA/CED/UFSC

Abstract

This paper aims to analyze the expansion of the role of Civil Society Organizations (CSOs), which we conceptually understand as Private Hegemonic Apparatuses, in the provision and management of public educational policies, in the context of the city of Florianópolis/SC, considering education as a Social Right. We will analyze the implementation of a public policy that occurs through the concession of the provision of activities and management to a CSO. To this end, we assumed as the object of investigation the *Educating Neighborhood Program*, implemented in 2019, described as a space for non-formal education. We highlight the municipality's agreement with the International Association of Educating Cities, an organization based in Barcelona, Spain, as an important element in analyzing public policy development, as Florianópolis needs, according to the Florianópolis City Hall (2023), to adapt to the organization's parameters to qualify as an *Educating City*. We conducted documentary research, examining municipal regulatory documentation, the accounting records of the Instituto Escola de Esporte Cidadã, a non-profit organization responsible for its management, and its guiding documents. All were compared with Gramscian theoretical frameworks and with authors who address the state reform in Brazil since 1996, a reform that entailed the establishment of a new logic in education policymaking. Furthermore, we considered legislation regulating the role of private bourgeois organizations in formulating and implementing public policies aimed at fulfilling social rights. We identified, throughout the production of this work, the advances, at the municipal level, of privatization projects, favoring public-private partnerships that have been implying the process of deschooling and refuncionalization of public education.

Keywords: Educational public policies; social public policies; educating cities.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar la expansión del papel de las Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC), entendidas conceptualmente por nosotros como Aparatos de Hegemonía Privada, en la provisión y gestión de políticas públicas educativas, en el contexto de la ciudad de Florianópolis/SC, considerando la educación como un Derecho Social. Analizaremos la implementación de una política pública que se da a través del otorgamiento de la prestación de actividades y gestión a una OSC. Para ello, tomamos como objeto de investigación el *Programa Barrio Educador*, implementado en 2019, descrito como un espacio de educación no formal. Destacamos el acuerdo del municipio con la Asociación Internacional de Ciudades Educadoras, organización con sede en Barcelona, España, como un elemento importante para analizar el desarrollo de políticas públicas, ya que Florianópolis necesita, según el Ayuntamiento de Florianópolis (2023), adaptarse a los parámetros de la organización para ser calificada como *Ciudad Educadora*. Realizamos una investigación documental, examinando la documentación normativa municipal, los registros contables del Instituto Escola de Esporte Cidadã, organización sin fines de lucro responsable de su gestión, y sus documentos rectores. Todo esto se comparó con los marcos teóricos de Gramsci y con autores que abordan la reforma del Estado en Brasil desde 1996, reforma que implicó el establecimiento de una nueva lógica en la formulación de políticas educativas. Además, consideramos la legislación que regula el papel de las organizaciones privadas burguesas en la formulación e implementación de políticas públicas destinadas a la realización de los derechos sociales. A lo largo de la producción de este trabajo, identificamos los avances, a nivel municipal, de los proyectos de privatización, que favorecen las colaboraciones público-privadas que han implicado el proceso de desescolarización y refuncionalización de la educación pública.

Palabras claves: Políticas educativas públicas; políticas sociales públicas; ciudades educadoras.

INTRODUÇÃO

O trabalho proposto objetiva analisar estratégias de expansão da atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC), por nós compreendidas conceitualmente como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), na oferta e gestão de políticas públicas educacionais, no contexto da cidade de Florianópolis/SC. Tomamos como campo empírico o Programa Bairro Educador (PBE), uma política educacional destinada à ampliação da



jornada escolar de crianças e jovens, constituído com base na concepção de *idades educadoras* elaborado pela Associação Internacional de Cidades Educadoras³ (AICE). Essa política está adequada ao modelo de atendimento previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2025), cuja Meta 6, que trata da educação em tempo integral, estabelece: “6.4. fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários” (Brasil, 2015, p. 60); também se adequa àquilo que está previsto pelo Plano Municipal de Educação (PME) (2015-2025) do Município de Florianópolis/SC, em que a ampliação da jornada escolar poderá se dar de maneira *aberta*, articulando o tempo na escola regular a atividades realizadas fora da escola, como em Organizações Não Governamentais (ONGs) e clubes (Florianópolis, 2016, p. 56).

A cidade de Florianópolis tem sido, ao longo das últimas décadas, um lugar privilegiado para atuação de organizações privadas por meio de parcerias estabelecidas pelo poder público com grandes APHs nacionais, caso do *Todos Pela Educação*, e internacionais, como a AICE, e/ou com seus formuladores. Esses formuladores, que se apresentam como consultores técnicos, são agentes que operam de maneira determinante as políticas públicas dando-lhes uma concepção e direção classista, articulados ao poder público. Obviamente também operam como formuladores de políticas educacionais, com a inserção de seus intelectuais orgânicos nas instâncias estatais de formulação, acompanhamento e implementação, tais como os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação. Faust (2023), em pesquisa intitulada *A hibridização e a flexibilização das relações de trabalho de professoras na atuação de Organizações da Sociedade Civil: novas formas de subsunção ao capital*, destacou a importância da investigação sobre a expansão do financiamento público de espaços destinados à oferta da ampliação da jornada escolar ou do contraturno geridos por OSCs, identificando novas formas de apropriação do fundo público pelo capital.

Recentemente, Evangelista e Seki (2025) elaboraram uma análise crítica à chegada – articulada, anunciada e sancionada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) – da parceria para apoio técnico à Rede Municipal de Educação (RME) prestado

³ A AICE é uma associação internacional que se declara sem fins lucrativos, fundada em 1994, em Barcelona, na Espanha, após o primeiro congresso internacional de Cidades Educadoras. Atualmente, conta com cerca de 500 governos associados, espalhados pelas diversas regiões do mundo, e que se comprometeram institucionalmente a seguir os princípios norteadores estabelecidos pela associação e financeiramente, realizando repasses financeiros para a organização internacional, anualmente (AICE, 2025).



pelo Todos pela Educação (TPE) visando a implantação da Estratégia de Transformação Educacional de Florianópolis, lastreado na proposição Educação Já Municípios (TPE, 2024) e no Panorama Florianópolis (TPE, 2025). Os autores indicam que “Tal acordo deriva de uma política que vem sendo encaminhada pela PMF há algum tempo” e “sobram evidências” que a atual administração “também [prefere] as formas privadas de gestão da política educacional” (TPE, 2024, n/p).

Em 2018, por meio da Lei n.º 10.372, de 25 de abril de 2018, proposta pelo prefeito Gean Loureiro (2017-2022) – amparada na Lei Federal n.º 9.637, de 15 de maio de 1998 – e aprovada pela Câmara de Vereadores, o município instituiu o Programa Creche e Saúde Já objetivando a descentralização administrativa municipal, atribuindo a oferta e a gestão de creches e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) para Organizações Sociais Civis (OSCs), com a justificativa de garantir os direitos constitucionais à saúde e à educação, pois limites orçamentários e administrativos impediam a oferta pelo poder público, necessitando da atuação de outros setores da sociedade e outros atores políticos. Tal iniciativa foi suspensa após intensa mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde e da educação articulados e organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM), entidade que denunciou inúmeras irregularidades na contratação das OSCs, na execução e oferta dos serviços⁴ (SintraseM, 2018).

Poucos meses se passaram e a mesma administração municipal apresentou, especificamente para o setor da educação, o PBE como política não formal, com vistas à oferta de educação integral e em tempo integral. O Programa é composto por atividades para o contraturno escolar, consolidando um modelo de educação de tempo integral, com ampliação da jornada escolar, compartilhado entre o município e uma OSC, articulando, segundo os documentos norteadores, o tempo escolar das crianças e dos jovens nas unidades educativas públicas com a participação nas atividades culturais, recreativas e pedagógicas realizadas nas sedes do PBE (Florianópolis, 2022; 2023).

Para a constituição dessa política pública, foi firmada parceria entre o Município e a AICE que, geralmente, oferece consultoria técnica colaborativa para governos que pretendem desenvolver políticas alinhadas a seu ideário de *transformações culturais* na relação das populações locais com os espaços públicos da cidade, para além da concessão da gestão e da oferta dos serviços educacionais à OSC. A parceria firmada por aquela

⁴ É importante destacar que o estudo se desenvolveu com base na compreensão de Direito Social, entretanto utilizamos, em alguns momentos do texto, as nomenclaturas “serviços”, “serviços educacionais” e “serviços sociais” em virtude da transfiguração do Direito em serviço no contexto das parcerias público-privadas.



administração municipal comprometeu o Município a seguir os princípios estabelecidos pela Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2023). O prefeito Gean Loureiro fundou, então, a Superintendência do PBE, atrelando-o exclusivamente à Secretaria Municipal de Educação (SME), antes vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer na forma de parceria entre as Secretarias. Posteriormente, em 2023, a Superintendência foi alterada por meio da criação da Coordenadoria de Educação Complementar⁵ e que foi alterada, em 2024, na Consultoria Executiva de Educação Complementar⁶ do PBE. Segundo o Anexo ASE-02 da Lei Complementar n.º 770, de 2024, cabe ao consultor executivo de educação:

- I - apresentar novas possibilidades de planejamento e realização de ações pedagógicas, culturais, esportivas, econômicas e sociais, utilizando como metodologia a integração e articulação dos potenciais educativos do bairro e da cidade (espaços, pessoas, instituições, serviços públicos, empresas, entre outros);
- II - tornar a unidade educativa com centro de liderança na comunidade, mapeando as potencialidades do bairro para articulação com as unidades educativas;
- III - investir na criação de oportunidades que promovam a integração entre a unidade educativa e a comunidade (Florianópolis, 2024).

Houve uma alteração da estrutura administrativa municipal, como parte da estratégia que possibilitou a expansão da atuação da OSC na educação. Além da vinculação administrativa à SME, essa política educacional assumiu parte das funções de ampliação da jornada escolar municipal, de acordo com o previsto no PME (2015-2026), recebendo recursos do fundo público para sua implantação e manutenção, com verba destinada ao Ensino Fundamental, conforme constam nos documentos orçamentários disponíveis no Portal da Transparência Municipal (Florianópolis, 2024).

Apesar da organização permanente da categoria docente local, articulada e organizada no SINTRASEM, na atual conjuntura política identificamos o avanço de grupos políticos e organizações privadas sobre os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, alvejando constantemente a rede de educação pública municipal. Sua ação afeta o caráter público e a qualidade de ensino com projetos privatistas que abarcam a gestão administrativa da SME, a produção de material didático, as formas de regulação do trabalho docente e cobrança por resultados, utilizando avaliações de larga escala para pressionar a categoria e os estudantes. Identificamos que o enorme esforço empreendido pelos

⁵ A Coordenadoria de Educação Complementar foi criada pela reforma administrativa municipal de 2023, por meio da Lei Complementar n.º 736, de 2 de janeiro.

⁶ A consultoria de educação complementar substitui a coordenadoria de educação complementar. Instituiu-se a alteração pela Lei complementar n.º 770, de 23 de dezembro de 2024.



trabalhadores e pelas trabalhadoras e seu Sindicato não tem sido suficientes para barrar a implantação do gerencialismo, da terceirização do trabalho docente pelas novas formas de contratação de professores utilizadas pelas OSCs e pela terceirização da oferta de educação com a concessão de contratos para essas organizações privadas. O PBE é uma das muitas experiências de política educacional produto das reformas estruturais e administrativas do Estado a partir dos anos de 1990, que permitiu a entrada de APHs no aparelho de Estado e a consolidação do estado gerencial com alterações nas legislações durante os anos 2000.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ao tratar da pesquisa, em especial a pesquisa documental na área educacional, Evangelista (2018, p. 5) afirma que “[...] documento é história. Não é possível qualquer investigação que passe ao largo dos projetos históricos que expressa”. Seguindo a elaboração da autora, não é possível forçarmos a compreensão fenomênica sem que ela esteja impressa na fonte documental, assim como não é possível professarmos compromisso com determinado campo teórico e as suas categorias analíticas sem que elas sejam resultantes da concretude objetiva contida na história impressa nos documentos.

Pela característica de nosso objeto, realizamos uma pesquisa de caráter documental, na qual realizamos análise de fontes primárias selecionadas no âmbito da documentação municipal regulamentadora do PBE, tais como: editais de chamamento para seleção de OSC; documentos norteadores de 2021, 2022 e 2023; documentos orçamentários produzidos pelas gestões municipais destinados à prestação de contas dos repasses financeiros às OSCs, entre os anos de 2019 até 2023, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em sua página na internet referente às parcerias firmadas; documentação do Instituto Escola de Esporte Cidadã contendo informações (número de estudantes atendidos, valores repassados, oficinas oferecidas etc.) sobre a oferta do serviço educacional organizadas no relatório de monitoramento; legislação federal e municipal que regulamentaram e possibilitaram a terceirização de parte da educação em jornada ampliada.

Para a análise dos documentos citados contamos com o aporte de autores do campo teórico do materialismo histórico-dialético – especialmente com o suporte teórico gramsciano – e com autores que tratam da Reforma do Estado no Brasil, pós 1996, que implicou na instituição de uma nova lógica para a elaboração de políticas públicas, incluídas com destaque aquelas voltadas para a educação.



Kosik (2002, p. 15), seguindo a indicação de Marx, afirma que “[...] se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis”. Ou seja, a mera exposição dos processos históricos e econômicos antecedentes à atual conformação do Estado e das políticas neoliberais, bem como a subsunção dos países periféricos do modo de produção mundializado do capital que culminou em seu ordenamento atual, seriam insuficientes para a compreensão do contexto de precarização das condições de se produzir a vida nas quais nos encontramos, ainda que sejam componentes do movimento orgânico do desenvolvimento do capitalismo. É necessário que pela análise cuidadosa de cada formação social enfocada sejam identificados seus elementos constituidores para que os traços gerais, particulares e singulares demonstrem seu estado atual e as tendências de seu desenvolvimento, servindo de guia da ação estratégica. Ou seja, é necessário olhar para os fenômenos em sua *totalidade concreta*, com base no seu ordenamento em determinado bloco histórico no qual a estruturação do Estado se dá abarcando a sociedade civil e suas diversas formas de organização.

A inserção, a expansão e o aprofundamento da atuação de organizações privadas constituídas como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) em setores estratégicos do Estado objetivando desempenhar parcial ou integralmente funções vinculadas à efetivação dos direitos sociais têm se demonstrado, nas últimas décadas no Brasil, como importante componente estratégico da burguesia para ampliar a apropriação do fundo público para si e para garantir o conteúdo social de seu interesse na consecução também das ações estatais. Constituindo frentes móveis de atuação burguesa (Dreifuss, 1986), que tomam formas de coalizões, fazem parte do bloco histórico que se constituiu a partir de determinações econômicas objetivas desde o final do século XX, buscando potencializar a ação burguesa em escalas nacional e internacional visando assumir e/ou manter o controle do processo social de produção social da existência sob as exigências do capital.

As definições estabelecidas pelas grandes potências, com contornos específicos no contexto nacional, seguindo as exigências e as concessões realizadas pelas burguesias internas, configurou o caráter das políticas e do próprio Estado. Isso se dá, segundo Gramsci, porque “[...] o conjunto complexo e contraditório das superestruturas, é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 2004, p. 250). Neves (2018) assinala, ainda, a relação entre Estado e Sociedade Civil e a compreensão de como se desenvolvem construindo meios para a reprodução ampliada do capital.

De produtor de bens e serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil. De promotor direto



da reprodução do conjunto da força de trabalho, admitindo-a como sujeito de direito, o Estado passou a provedor de serviços sociais para uma parcela da população definida agora como 'excluídos', ou seja, aquele contingente considerável que, potencialmente, apresenta as condições objetivas para desestruturar o consenso burguês. Para o restante da população, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de novas formas de organização social que desatrelam as várias formas de discriminação das desigualdades de classe (Neves, 2018, p. 33).

Partimos do pressuposto de que a consciência é forjada pelas condições da produção da vida social que se consolida na relação dialética entre economia, história e ideologia e que tal movimento resulta num modelo de sociabilidade que serve à classe dirigente como estratégia de dominação. Para essa formulação, Fontes (2018, p. 220) afirma que Gramsci considerou não apenas o domínio econômico, “[...] mas também o domínio político e ideológico, pensados em sua correlação com as lutas de classes, abertas ou moleculares”. Daí que deste bloco histórico, a sociedade civil, organizada por meio de Aparelhos Privados de Hegemonia, se entrelaça à trama estatal como instrumento para garantir a hegemonia da sociabilidade que atende aos interesses do capital. “Da perspectiva liberal, o Estado resume-se à condição de ‘sustentáculo da ordem’ ou como ‘aparelho parlamentar’, identificável a simples governo” (Oliveira, 2004, p. 56). Ainda seguindo o que diz Fontes (2018, p. 221), compreendemos que

Se é na sociabilidade, nas formas de organização, nos aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil), que Gramsci buscará a resposta concreta para as formas de organização da luta anticapitalista, é porque aí também residem modalidades de consolidação, sistematização e difusão de uma sociabilidade adequada à dominação. Os aparelhos privados de hegemonia ligam-se direta ou indiretamente ao solo da produção, permitindo compreender como diferentes tendências e contradições são traduzidas em formas mais ou menos organizadas de cultura e de consciência e chegam a condensar-se como projetos políticos.

No processo de apreensão da complexidade estrutural do Estado contemporâneo emergem as categorias analíticas que compõem a teoria gramsciana, com as quais buscamos operar a análise da política pública educacional assumida como campo empírico. Para tanto, identificamos as categorias *hegemonia*, *Estado Ampliado*, *sociedade civil*, *APH*, *intelectual orgânico* e *bloco histórico* como aquelas que oferecem um caminho para identificar e organizar determinações do passado, do tempo presente e da possibilidade de futuro.



Hoeveler (2019) chama a atenção para o deslocamento conceitual promovido pelo filósofo italiano sobre a categoria hegemonia, sendo um movimento importante de se destacar porque permitiu identificar e analisar o alargamento da estratégia utilizada pela classe dominante dirigente (que elaborou e operacionaliza o Programa Bairro Educador) de controle da classe trabalhadora por meio da criação do consenso sobre as possibilidades de vida:

Como é relativamente bem conhecido na literatura especializada, Antonio Gramsci, até 1926 (inclusive em *A questão meridional*) utilizou o conceito de hegemonia para designar uma estratégia revolucionária do proletariado ('hegemonia do proletariado'); e somente no Caderno I passa a referir-se à hegemonia como forma de dominação das classes dominantes, sobretudo (Hoeveler, 2019, p. 145).

A hegemonia colocada como forma de controle e unificação do pensamento cultural, ideológico e do modo de se produzir a vida, de acordo com as demandas das classes dominantes, atribuiu ao Estado a função de difusor para a classe trabalhadora desses modelos que se ajustam ao processo de produção ampliada do capital. Gramsci (2022, p. 28) demonstra que

Na realidade, o Estado deve ser concebido como 'educador' na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos da superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de 'racionalização', de aceleração e de taylorização, atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e 'pune', já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é 'possível', a 'ação ou omissão criminosa' devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica.

Deste modo, a política educacional aqui analisada e os seus entrelaçamentos entre organizações privadas sem fins lucrativos, nacionais e internacionais, constituídas como APHs, intelectuais orgânicos burgueses, estruturas estatal e jurídica brasileira, emergem para nós como resultante do bloco histórico.



ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO TEMA

Fugiria ao escopo deste trabalho realizarmos uma retomada histórica completa das reformas estruturais e administrativas do Estado no Brasil, bem como das inúmeras reformas educacionais (identificadas como contrarreformas por seu caráter regressivo e de restrição/retirada de direitos) das quais ainda se fazem presentes as consequências. Porém, parece-nos útil e necessário apresentar alguns marcos legais regulamentadores das organizações privadas sem fins lucrativos atuantes no campo da educação, porque nos permitem visualizar em que momento histórico o Estado foi sendo ajustado para que setores estratégicos fossem ocupados diretamente por organizações burguesas e a presença de seus intelectuais orgânicos em cargos governamentais tenha se tornado norma e, pior, palatável para a população.

Em 1998, a Lei n.º 9.637, de 15 de maio, alterou a qualificação daquilo e daqueles que operavam juridicamente como organização sem fins lucrativos, popularizadas como Organizações Não Governamentais (ONGs). Entretanto, foi a partir de 23 de março de 1999, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) sancionou a Lei n.º 9.790, com a definição das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (BRASIL, 1999), que grupos privados passaram a se apropriar do fundo público por meio de parcerias público-privadas. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei n.º 13.019/2014, sancionado pela presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), estabeleceu parâmetros para as parcerias público-privadas entre o Estado e as OSCs, consolidando o modelo estatal em reconfiguração desde FHC. Segundo Casimiro (2020), entre os anos de 1996 e 2017, ocorreu uma explosão de organizações destinadas a assumir algumas ou a totalidade das funções de serviços sociais, tendo sido registradas cerca de 715 mil novas instituições privadas, um aumento de 680% apenas nesse período. Em 2017, com a reforma trabalhista do presidente Michel Temer (2016-2018), e com a lei das terceirizações (Lei n.º 13.429/2017) que possibilitou a onda de *pejotização* nas relações de trabalho, sobretudo em setores em que o regime jurídico de contratação de trabalhadores era incomum, como na educação, houve novo incentivo a essas organizações.

No contexto de Florianópolis, em 2017, a Lei n.º 10.191, de 27 de janeiro (Florianópolis, 2017a), instituiu o Programa de Parceria Público-Privada e Concessões de Florianópolis e, em 29 de março, o Decreto n.º 17.457, de 29 de março de 2017 (Florianópolis, 2017b), a regulamentou, ambas na gestão do prefeito Gean Loureiro. Durante a gestão do prefeito Topázio Silveira Neto (2023-2025), Florianópolis assume o



PBE como estratégia para consolidar-se como cidade educadora (Florianópolis, 2023, p. 29) e a Prefeitura oficializa por meio da Lei n.º 10.961, de 28 de março de 2023, o conveniamento do Município com a AICE, instituindo o repasse para essa entidade de cota anual, estipulada a partir da relação entre o número de habitantes da cidade e o Produto Interno Bruto (PIB). Também tomado como parte das ações adotadas para o combate à violência nas regiões periféricas, essa política se conforma como possibilidade para a ampliação da jornada escolar alternativa aos espaços educativos regulares (Florianópolis, 2019). Referenciada no Programa Mais Educação⁷ (Brasil, 2007) do Governo Federal e nas experiências educativas da Associação Cidade Escola Aprendiz⁸, seus formuladores incorporam os princípios estabelecidos pela AICE em sua Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2023) para a construção de seu modelo de educação integral e de cidadania. Somado ao compromisso de se constituir lastreado nesses princípios, institui-se concepções originadas daquilo que a Associação Cidade Escola Aprendiz (ACEA) nomeou como *tecnologia social*, uma metodologia ou modelo de educação baseado nos *territórios educativos* que consistem nas parcerias estabelecidas entre escola regular e organizações privadas para a ampliação da jornada escolar, o fortalecimento e estreitamento das relações com a comunidade na qual a escola está inserida.

De acordo com a ACEA, de forma sintética, estender partes das funções da educação regular a outros espaços dos bairros e das cidades, utilizando a educação não formal oferecida por e em organizações privadas, é uma alternativa viável e efetiva para a implantação da educação integral. É com base nessas propostas educativas que o PBE é instituído na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, ocupando majoritariamente os espaços públicos dos centros comunitários, ofertando atividades em um desenho curricular que se afasta da educação formal ao mesmo tempo em que diz que a complementa, atendendo crianças, jovens e idosos pertencentes a frações da classe trabalhadora, sobretudo aquela mais precarizada.

⁷ O Programa Mais Educação foi uma política pública para a educação integral com ampliação da jornada escolar formulado e implantado durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Suas bases teóricas e modelo de educação integral referenciam-se na tecnologia social “territórios educativos” da Associação Cidade Escola Aprendiz. Há, inclusive, um manual para implantação do programa desenvolvido a partir de um documento muito semelhante produzido pela Associação, anos antes, nomeado como Manual Bairro-Escola.

⁸ A Associação Cidade Escola Aprendiz é uma organização da sociedade civil que se declara sem fins lucrativos, fundada em 1997 pelo jornalista Gilberto Dimenstein, com forte influência do movimento internacional das Cidades Educadoras, que toma para si a autoria da tecnologia social “territórios educativos”. A Aprendiz e seus representantes atuaram na coordenação e na formulação do Programa Mais Educação (Brasil, 2007).



O PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR EM FLORIANÓPOLIS-SC

Inicialmente com apenas quatro sedes, o Programa Bairro Educador iniciou suas atividades em agosto de 2019, ofertando oficinas culturais e esportivas e apoio pedagógico no contraturno escolar, com matrícula preferencial de crianças e jovens da Rede Municipal de Educação e gerido por uma OSC selecionada no Edital n.º 003/SME/2019, de 25 de junho de 2019 (Florianópolis, 2022). Segundo dados disponíveis no documento norteador de 2023 e em comunicados institucionais, atualmente o PBE dispõe de 12 sedes, distribuídas em todas as regiões da cidade (Florianópolis, 2023), com uma variedade de atividades culturais, esportivas e educativas/formativas que vão desde oficina das emoções, surf, capoeira, apoio pedagógico e de formação profissional em parceria com empresas da região.

Ainda que a SME não assuma oficialmente o PBE como a principal política pública com função de oferta de vagas que possibilitem a ampliação da jornada escolar, identificamos indícios de que essa política educacional se ajusta, conforme citado, ao proposto pelo PME (2015-2026) como política de ampliação da jornada escolar, indicando que:

[...] o Programa Bairro Educador atenta às Metas 3 e 4 do Plano Municipal de Educação - PME que indicam nos itens: 5.3.1.16 - Garantir espaço adequado para práticas esportivas, artísticas e culturais; e 5.4.1.25 - Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo (Florianópolis, p. 96 e 102); assim como no Art. 2º que trata das Diretrizes do PME, incisos [...] III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; [...] X - promoção dos princípios do respeito dos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Florianópolis, 2023, p. 34 *Apud* Florianópolis, 2016, p. 13)

Os documentos orçamentários analisados evidenciam a transferência de recursos do fundo público destinados ao financiamento da educação básica para a implantação e a manutenção do PBE, indicando a SME como Unidade Orçamentária, o PBE no código 12 função *Educação*, a subfunção 361 *Ensino Fundamental* e a ação *Transf. por Convênio a*



Entidades Filantrópicas - Ed. Complementar. Enquanto isso, a experiência de educação em tempo integral ofertada nas e pelas unidades educativas de ensino fundamental da rede não tem incremento orçamentário para o desenvolvimento de seus projetos, tampouco recebem ajustes na infraestrutura e nos insumos materiais que possibilitem sua manutenção e execução.

No exame dos documentos norteadores do PBE (2019, 2021 e 2023), do conjunto de decretos, de chamamentos públicos e de legislações que o fundamentam não se evidencia quais relações o Município estabeleceu com algumas organizações privadas citadas como referenciais para a sua formulação. Dentre essas organizações, aquelas que mais sinalizam influência em suas finalidades educativas são a AICE e a Associação Escola Cidade Aprendiz. Não foi possível definir se suas participações ocorreram com serviços de consultoria técnica ou com a aquisição de materiais e modelos pré-produzidos. Ainda que essa informação não tenha sido evidenciada com a fonte documental disponível nos referenciais dos documentos norteadores, pudemos identificar que tanto a AICE, como a Aprendiz aparecem de maneira recorrente em outras publicações, espaços de debate e deliberativos e documentações relativas às políticas educacionais destinadas à educação integral com ampliação da jornada escolar que foram escolhidos como referenciais e modelos primordiais para a formulação do PBE como uma política educacional para ampliação da jornada escolar. Não identificamos, ademais, as relações dessas associações com o Município, não sendo possível afirmar que há influência ou descrever a parceria ou conveniamento da AICE com a ACEA. Nossa hipótese é de que a formulação do PBE é fruto das relações entre o Município e a AICE, porque sua concepção de cidade educadora é citada com frequência na documentação analisada, ao longo dos textos, conforme trecho do documento norteador (2023) abaixo:

Entendendo a Educação como instrumento de transformação, em 2017, o então Prefeito Gean Marques Loureiro, trouxe ao município de Florianópolis as prerrogativas do modelo internacional das Cidades Educadoras, que acentua a responsabilidade no desenvolvimento das potencialidades educadoras que a cidade abriga. Atualmente, o Prefeito Topázio Silveira Neto enfatiza esse movimento incorporando ao seu governo os princípios da Cidade Educadora (Florianópolis, 2023, p. 18).

Observamos inúmeras passagens que chamam a atenção para o Programa como uma política pública que caracteriza Florianópolis como cidade educadora:



O Bairro Educador, neste sentido, vem promover o desenvolvimento integral das pessoas, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de nosso município, ampliando as proposições educativas de pertencimento e direitos humanos; realizando um trabalho de qualidade educacional e social, integrando as comunidades, criando vínculos com a cultura de cada localidade, impulsionando o protagonismo. O Bairro Educador é um compromisso público com a ‘cidade educadora’ e com a educação como principal elemento de transformação social (Florianópolis, 2023, p. 10).

Outros aspectos essenciais de se destacar, sobretudo porque possibilitam vislumbrar a função dessa política pública como educadora da classe trabalhadora para atender às necessidades do capital, são os conceitos ideológicos que desenham o modelo de educação integral e os princípios básicos que constituem as cidades educadoras, contidos na Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2023) e que compõem a política educacional do PBE⁹. O conjunto dessas compreensões apresenta a “construção da nova cidadania”, como foi identificada por Cunha (2019, p.41) ao analisar formulações sobre as Cidades Educadoras. Ele é indicativo de como o conceito de “cidadania”, muito atrelado ao que Neves (2018), ao retomar a reflexão formulada por Gramsci (2022, p. 26) acerca da tarefa do Estado educador, destacou como cidadão ideal para a atual fase do capitalismo ampliado: aquele capaz de se autogovernar sem entrar em conflito com os interesses da “sociedade política”. Ou seja, formar um certo tipo de cidadão é fundamental para se constituir como Cidade Educadora que atenda à consolidação da sociabilidade necessária ao capital no contexto dos países periféricos do sistema capitalista atual. A demarcação desse modelo ideal surge a todo momento na documentação do PBE:

Para o Programa Bairro Educador, o desenvolvimento integral pressupõe uma educação que considera o sujeito em sua condição multidimensional, em sua dimensão biopsicossocial, um ser corpóreo inserido num contexto de relações ambientais e político-sociais, cuja aprendizagem acontece ao longo de toda a vida em diferentes contextos (família, escola, bairro/cidade...) e espaços (formais, não formais e informais); a educação tem a finalidade de facilitar o despertar para a consciência de si, do outro, do mundo e de si e do outro no mundo, instigando o estudante a ser sujeito de sua própria história, por meio da compreensão crítica da realidade multidimensional, torna-o social e histórico. É um direito à cidadania da infância e da adolescência, focalizando especialmente a potencialidade educativa dos contextos não escolares (Florianópolis, 2022, p. 28).

⁹ Esse é um elemento a mais que nos leva a perquirir o alcance e os interesses políticos da AICE como APH internacional no território brasileiro.



Condição semelhante identificamos nos documentos dos APH que operam essa política, como é o caso da *Carta das Cidades Educadoras*:

A Cidade Educadora vive um processo permanente que tem como finalidade a construção da comunidade e de uma cidadania livre, responsável e solidária, capaz de conviver na diferença, de solucionar pacificamente os seus conflitos e de trabalhar ‘pelo bem comum’. Uma cidadania consciente dos desafios que a humanidade enfrenta atualmente, com conhecimentos e competências que lhes permitam tornar-se corresponsáveis pela procura de soluções exigidas pelo momento histórico que vivemos (AICE, 2023, p. 4-5).

O PBE é constituído como difusor da hegemonia burguesa sobre o modo de vida e como formador para uma cidadania *resiliente*, fazendo uso desse termo que parece ter sido criado pelo e para o neoliberalismo, ao evocar o cidadão adaptável às condições degradadas de vida geradas pelo capital em seu processo destrutivo. Como política educacional, atende ao que Evangelista (2020, p.16) chamou de “movimento educativo geral” para a “produção de consenso, de formação de um modo de pensar o mundo e o controle da população para que as precariedades cotidianas não estourem sob a forma de sublevações, subversões ou revolução”. Concordamos com Mészáros (2008, p. 80) que

Não é surpreendente, pois, que o desenvolvimento tenha caminhado de mãos dadas com a doutrinação esmagadora da maioria das pessoas com os valores da ordem social do capital como a ordem natural inalterável. [...] As condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos – como uma questão de determinação estruturalmente assegurada – ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudessem fugir à áspera situação da escravidão assalariada (Mészáros, 2008, p. 80).

Ao analisarmos a política educacional enfocada neste estudo, o PBE, destinada a atender os filhos e as filhas da classe trabalhadora, vão se tornando evidentes as intenções e os resultados objetivados por essas políticas. Ao introduzir na escola atividades diversificadas em um modelo não escolar – pois apenas utiliza o espaço escolar, mas possui normas de funcionamento, de contratação de pessoas, de objetivos formativos, de seleção de conteúdos, entre outros, diversas àquelas do sistema escolar – ocupa o tempo de crianças e jovens impondo-lhes uma sociabilidade e uma formação que desescolariza a educação buscando garantir qualificações exigidas pelo capital em seu processo de produção. O PBE, no bojo destas políticas, se materializa por meio de estratégias que desmobilizam, alienam e negam a essas frações da classe trabalhadora o acesso ao



conhecimento historicamente construído e objetivam impedir sua organização como classe para a luta por emancipação. Pode-se afirmar que o PBE foi constituído como modelo de educação específica para o atendimento da fração mais precarizada da classe trabalhadora, que sugere suprir suas demandas e anseios formativos, mas que somente os educa para a sociabilidade capitalista, além de fragmentar e individualizar as lutas da classe trabalhadora, por mais que suas atividades possam ser atrativas àquelas pessoas às quais o Programa alveja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da investigação realizada acerca da atuação dos APHs no Município de Florianópolis, baseada na análise da política educacional PBE, alguns caminhos percorridos pelo poder público local demonstraram que se trata não apenas de uma *janela de oportunidades*, mas um vasto campo para atuação de diversos grupos privados que assaltam o fundo público e interferem no destino da escola pública da cidade.

Recentemente, grandes grupos econômicos se colocaram como alternativa técnica aos trabalhadores da educação, especialmente professores, que pretensamente são portadores de ideário político-ideológico, para apresentar soluções ao propalado declínio da qualidade de ensino, identificado por meio do desempenho dos estudantes nas avaliações de larga escala e que impactam diretamente nas fontes de financiamento da educação. O fazem por meio de APHs burgueses, como atesta a chegada do TPE na Rede e “a contratação de serviços de Assessoria e Consultoria em Educação para novo posicionamento de Bairro Educador”, por seis meses, com dispensa de licitação, do Serviço Social da Indústria – SESI/Florianópolis, “à conta dos recursos previstos no orçamento da Secretaria Municipal de Educação” (Florianópolis, 2025), conforme divulgado no Diário Oficial de 27 de maio de 2025.

Somente para atender os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o município de Florianópolis mantém, atualmente, parceria com vinte e quatro instituições privadas¹⁰, em

¹⁰ Essas instituições privadas são: 1. Seara Espírita Entrepasto da Fé Monte Verde (SEEDE); 2. Assistência Social São Luiz Agrônoma; 3. Ação Social Missão Itacorubi; 4. Associação Catarinense de Integração ao Cego Saco Grande (ACIC); 5. Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos Agrônoma (AFLODEF); 6. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Itacorubi; 7. Casa São José Trindade; 8. Casa da Criança do Morro da Penitenciária Trindade; 9. Centro de Integração Familiar Saco dos Limões (CEIFA); 10. Conselho dos Moradores do Saco Grande Saco Grande (COMOSG); 11. Fundação Vidal Ramos Centro; 12. Associação Gente Amiga Agrônoma; 13. Promenor Agrônoma; 14. Associação dos Surdos da Grande Florianópolis Centro (ASGF); 15. Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico Morro do Mocotó (ACAM); 16. Conselho Comunitário Coloninha Coloninha; 17. Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS) - Matriz Estreito; 18. Ação Social da Coloninha Coloninha; 19. Centro de Apoio à Formação Integral do Ser Monte Cristo (CEAFIS); 20. Centro de Educação e Evangelização Popular Monte



sua maioria religiosas, segundo o Mapa de Instituições Parceiras de Ensino Fundamental (Florianópolis, 2025), sem evidenciar quê complementação à educação regular é ofertada nesses espaços. Algumas dessas instituições estão há muitos anos *prestando serviços* à Prefeitura, dispensadas de documentação regulamentadora ou currículo escolar criterioso. Mesmo com a implantação do PBE, com sua ampliação e fortalecimento nos últimos anos, a SME permaneceu com os convênios com essas instituições, realizando repasses consideráveis do ponto de vista orçamentário, demonstrando o privilegiamento de políticas públicas privatistas que transferem parte da receita que deveria ser destinada à manutenção e à expansão do ensino regular.

Mais do que a apropriação de recursos do orçamento destinado à educação, a consolidação dos APHs na constituição e implantação de políticas públicas educacionais, além da transferência de partes das funções da escola para OSCs, têm aprofundado o processo de desescolarização da educação básica na Rede. Esse processo de desescolarização ocorre à medida que são deslocados do contexto da institucionalidade escolar saberes e práticas educativas próprios da escola para espaços informais, rebaixando o currículo escolar a meras atividades remetidas em uma suposta educação não formal/informal e retirando os critérios de atendimento público muitas vezes regulado pelos professores, servidores públicos que oferecem o atendimento.

Neste ponto ressaí novamente um dos alvos permanentes das políticas educacionais atuais: o professor, seu trabalho e sua formação. Aqui se destacam mudanças profundas sobre o trabalho docente, alterando inclusive as formas de contratação desses trabalhadores, instituindo regime jurídico para microempreendedor individual, qualificados como oficinheiros. São colocados em circunstâncias de extrema vulnerabilidade com contratos de curta duração sem a certeza de renovação, em que há perda de direitos trabalhistas e da seguridade social. Como afirmam APHs, como o TPE, e Organismos Internacionais, como a UNESCO e o Banco Mundial, há que romper a organização dos professores (e demais trabalhadores da educação) para tornar possível a implementação da agenda burguesa. E, para isso, mobiliza-se o Estado na sua relação com a ampla teia de Aparelhos Privados de Hegemonia.

Cristo (CEDEP); 21. Centro Valorização Humana Moral e Social Abraão (CEVAHUMOS); 22. Centro Educacional Dom Orione Capoeiras; 23. Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros (OSCOPAC); 24. Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente Morro das Pedras (APAM) (Florianópolis, 2025).



REFERÊNCIAS

- AICE. Asociación de Ciudades Educadoras. **Carta das Cidades Educadoras**. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Bairro Escola**: uma nova geografia do aprendizado. A tecnologia da Cidade Escola Aprendiz para integrar escola e comunidade. Guia Editorial, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Bairro-Escola-Nova-geografia_pdf.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 9637**, de 15 de maio de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 2 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 9.790**, de 23 de março de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 13 jul. 2025.
- BRASIL. **Medida Provisória n.º 132**, de 20 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2003/medidaprovisoria-132-20-outubro-2003-497302-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- BRASIL. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CUNHA, Daniel José da. **Educação Política e Educação Escolar**: uma análise do projeto Cidades Educadoras. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11341>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- DREIFUSS, René Armand. **A internacional capitalista**: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.
- EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. O TPE desembarca na Ilha de Santa Catarina: tecnocracia, hegemonia e a negação do magistério em Florianópolis. **Contrapoder**. 2025. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/o-tpe-desembarca-na-ilha-de-santa-catarina-tecnocracia-hegemonia-e-a-negacao-do-magisterio-em-florianopolis/>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional**. Porto Alegre: GTFH UFRGS, 2018.
- EVANGELISTA, Olinda. De protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil. **Outubro Revista de Estudos Socialistas** n.º 35, Autonomia Literária, São Paulo, 2021.
- FAUST, Juliana. **A hibridização e a flexibilização das relações de trabalho de professoras na atuação de organizações da sociedade civil**: novas formas de subsunção ao capital. 2023. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/8673/Juliana_Matias_Faust_16976401295338_8673.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.



HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 145–159, 2020. DOI: 10.36311/2526-1843.2019.v4n5.10792. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Mapa das Instituições Parceiras de Ensino Fundamental**, 2025. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educacao/index.php?cms=conveniadas&menu=4&submenuid=139>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto de Lei “Programa Creche e Saúde Já”**. Secretaria Municipal de Administração. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/files/1098/projeto%20de%20lei.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.

FLORIANÓPOLIS. **Programa Bairro Educador**. Secretaria Municipal de Educação, 2021. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=sobre+o+programa&menu=14&submenuid=2445>. Acesso em: 8 abr. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Programa Bairro Educador**: Documento Norteador, 2023. Secretaria Municipal de Educação, 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/771315656/DOCUMENTO-NORTEADOR-Programa-Bairro-Educador-Versao-Encaminhada-Para-Grafica-18-x-25-Cm-1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Programa Bairro Educador**: Documento Norteador. Secretaria Municipal de Educação, 2022. Disponível em: <https://linktr.ee/bairroeducadoroficial>. Acesso em: 5 dez. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Programa Creche e Saúde Já**. Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_10_2018_19.14.50.6ade2005a314daa5666e78530dab4f2a.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

FLORIANÓPOLIS. **Lei complementar n.º 736**, de 2 de janeiro de 2023 dispõe sobre a reforma administrativa municipal de 2023. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/leis-complementares/0/2/0/88390>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Lei complementar n.º 770**, de 23 de dezembro de 2024 dispõe sobre a reforma administrativa municipal de 2024. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Leis-Complementares/2024/1/0/101584>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes? **Revista Outubro**, n. 31, 2º sem. 2018.



GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo, 2). 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. (Maquiavel. Notas sobre o estado e a política, 3). 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. Gramsci e sua concepção ampliada de estado: uma atualização. **Revista de Ciências Sociais**, 35(2), 54-70, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33628>. Acesso em: 13 jul. 2025.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. Xamã, 2018.

SINTRASEM. Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis. **'Exclusivo: Gean entrega creches de Florianópolis para empresa laranja**. Florianópolis/SC. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/9848/exclusivo-gean-entrega-creches-de-florianopolis-para-empresa-laranja>. Acesso em: 5 mar. 2023.

SINTRASEM. Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis. **Na pressão contra as Organizações Sociais**. Florianópolis/SC. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/1416/na-pressao-contra-as-organizacoes-sociais>. Acesso em: 5 mar. 2023.

TPE. Todos Pela Educação. **Educação Já Municípios**: Recomendações de Políticas Educacionais para as Gestões Municipais (2025-2028). TPE, 2024. Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/10/educacao-ja-municipios-2024-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

TPE. Todos Pela Educação. **Panorama Florianópolis**. 2025. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://educacaojamunicipios.todospelaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2024/07/panorama-florianopolis-sc-2024-v6.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

Artigo recebido em: 25 de junho de 2025

Aceito para publicação em: 05 de agosto de 2025

Manuscript received on: June 25th, 2025

Accepted for publication on: August 05th, 2025

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

